

ATA N.º 8/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2015. -----

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, presidida pelo Sr. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira e João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT).

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Dora João Duarte Cardoso Baptista, Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior.

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram 15 horas e 20 minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:

MOVIMENTO DE FUNDOS

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 22 de abril de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de 283 826,89€

O Sr. Presidente informou que a alteração da data da Reunião de Câmara se deveu às comemorações do 25 de Abril, assim como a necessidade de envio de alguns documentos à Assembleia Municipal.

ATAS:

O Sr. Presidente informou que vinha para aprovação a ata n.º 7 de 2015, de 13/04/2015 pondo a mesma à discussão.

Sr. Vereador Pedro Gaspar informa que não se encontra em condições de discutir a ata, por manifesta falta de tempo, uma vez que a mesma não lhe foi disponibilizada em tempo útil.

Vereador Francisco Cunha considera que a redação melhorou em relação à ata anterior, salienta no entanto que algumas pequenas coisas não estão referidas, nomeadamente algumas palavras menos corretas do Sr. Presidente .

Colocada a ata à votação a mesma foi aprovada por maioria com a abstenção do Sr. Vereador Pedro Gaspar.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente deu início a este período, antes de dar a palavras aos senhores vereadores, aproveitou este período para dar alguns esclarecimentos relativos ao encerramento da Renoldy.

Informa que a Câmara Municipal de Alpiarça tem procurado fazer todo o possível, estando no

terreno a desenvolver um conjunto de iniciativas e contactos no sentido de procurar viabilizar e manter a laboração da fábrica, assim como os postos de trabalho, tendo em conta o impacto que o encerramento trará para o concelho, para a região e para o país.

Estando a acompanhar o processo e tendo as diligências tomadas passado por reuniões com a administração da empresa sendo que a primeira reunião que a Câmara teve com a empresa foi em 16 de Dezembro de 2009 pouco depois da tomada de posse do Executivo, pois no verão de 2009 a Renoldy já tinha passado por uma situação semelhante tendo até colocado em cima da mesa a hipótese de parar a laboração e eventualmente encerrar.

A Câmara Municipal de Alpiarça interveio na altura da mesma forma, tendo a situação na altura sido ultrapassada.

Em 25 de Maio de 2012, teve lugar uma segunda reunião de rotina.

Em 4 de fevereiro de 2015, e já como consequência de algumas notícias que davam conta das dificuldades de escoamento da produção, foi realizada nova reunião. Sendo que nesta reunião foi colocada pela primeira vez a possibilidade de, a manter-se o cenário, a empresa poderia entrar em Layoff.

No dia 27 de março, a pedido da administração da empresa realizou-se então uma reunião, já após terem sido contactados os sindicatos e trabalhadores, dando conta da intenção de colocar a empresa em Layoff.

Relativamente aos trabalhadores foram também desenvolvidos contactos, tendo o Sr. Presidente sido convidado para estar presente num plenário de trabalhadores, ao qual foi com muito gosto.

Um dos primeiros recursos foram também os contactos com o Governo, nomeadamente com o Secretário de Estado Adjunto da Economia por delegação do Senhor Ministro da Economia. Tendo sido articulado o contacto para a realização de uma reunião com o Secretário de Estado da Agricultura.

A Câmara reuniu também com a Assembleia da República, com a Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar. o Sr. Presidente realça a preocupação demonstrada por todos os grupos parlamentares.

Informa ainda que o Deputado do PCP António Filipe também reuniu com a empresa, e os Deputados do PS do Distrito de Santarém também demonstraram abertura para ajudar na resolução do processo.

Afirma ainda que a situação da Renoldy não é culpa dos trabalhadores, agentes sindicais, forças políticas ou dos autarcas, e considera que a luta política permite alguns exageros.

Refere que continua a contar com todos os que estiverem de boa fé na defesa da manutenção da Renoldy e defesa dos seus trabalhadores.

Vereador Francisco Cunha inicia a sua intervenção realçando que o Sr. Presidente falou 19 minutos no período antes da ordem do dia e solicitando a conta corrente do parque de campismo e os planos de atividades das associações.

Sr. Vereador João Arraiolos informa que os planos de atividades foram enviados via email, à dois dias.

Informa que irá utilizar o período antes da ordem do dia para falar do problema da Renoldy, pois considera o fecho da fábrica uma tragédia económica e social.

Afirma que o Sr. Presidente nunca falou com nenhum administrador da Renoldy, e que o pode provar.

Questiona o que fez o presidente, o PCP e o sindicato para manter os postos de trabalho na Renoldy.

Considera que o sindicato não fez nada para proteger os trabalhadores, a ser não a vontade de fechar a fábrica e fazer propaganda política. É da opinião que a este sindicato interessa apenas defender a linha ideológica do PC, e sacar 1% de indemnização e 1% dos ordenados no ultimo ano aos trabalhadores.

Fazendo uma cronologia dos factos que conhece, afirma que: Em 30 de Julho de 2014, o Sr Deputado do PCP e representantes sindicais visitaram a fábrica e tiveram uma reunião com um assessor da administração na qual foram informados dos problemas da fábrica.

Em 4 fevereiro de 2015, o Sr. Presidente visitou a fábrica pela primeira vez.

Em 26 de março, os trabalhadores foram informados que a fábrica poderia entrar em Layoff, tendo sido proposto que os trabalhadores trabalhassem 3 dias por semana e ficassem 2 dias em casa, permitindo que os trabalhadores tivessem mais 3 meses de rendimentos. Sendo que, se os trabalhadores tivessem aceite o Layoff, receberiam em média mais 2000€.

Em 27 de março, um representante da Renoldy solicitou reunião com o Sr. Presidente, mas como o Sr. Presidente não estava presente, o Sr. foi recebido pelo Sr. Vereador João Arraiolos.

Só depois disso o Sr. Presidente iniciou o processo de solicitar as várias reuniões com o governo.

No dia 10 de abril a Renoldy enviou uma carta aos trabalhadores a informar que iria encerrar no final do mês.

Afirma ainda que o Sr. Presidente nunca falou com nenhum administrador da Renoldy, assim como com nenhum dos acionistas.

Garante que falou com o Sr. Administrador Adelino Duarte Amado no dia 14, e que este lhe garantiu que nunca tinha falado com o Sr. Presidente e que há dois anos e três meses que não vem a Alpiarça.

Afirma que as únicas pessoas com que o Sr. Presidente não falou, foram aquelas que poderiam ter evitado o encerramento da fábrica.

Afirma ainda que no dia 1 de abril, Sr. Presidente acompanhado pelo Sr. Vereador João Arraiolos e pelo chefe de Gabinete, participaram num plenário de trabalhadores e promoveram uma manifestação à porta da fábrica contra o Layoff. Questiona a razão de quando o encerramento de algumas cooperativas não ter havido qualquer manifestação em defesa dos trabalhadores.

Afirma que o Sr. Presidente é o responsável por não ter feito nada para a fábrica não encerrar e que a sua posição precipitou o Layoff. Considera também que Sr. Presidente devia por à disposição dos trabalhadores um advogado, para que pudessem processar o Sindicato.

Afirma que o senhor Deputado António Filipe não fez nada para ajudar a fábrica e os seus trabalhadores, limitou-se a esperar sentado como um abutre. Continua a sua intervenção afirmando que foi emitido um comunicado cheio de mentiras dizendo que alguém em campanha eleitoral ameaçou os trabalhadores da Câmara com despedimentos e perseguições, questiona então o Sr. Presidente sobre alguns dos funcionários e encarregados da autarquia que foram encostados noutras funções porque não tinham cartão do partido.

Termina afirmando que as soluções para a fábrica poderiam ter passado por MBO, pela formação de uma cooperativa, ou até, uma vez que o PCP tem muito dinheiro, poderia também ter comprado a fábrica mantendo-a a funcionar e mantendo os postos de trabalho. Afirma que o Sr. Presidente deve justificar o seu salário trabalhando mais para o que foi eleito, e não fazendo uma defesa desmesurada do Partido.

Solicita que lhe sejam provados os factos apresentados.

Sr. Vereador Pedro Gaspar inicia a sua intervenção afirmando que estamos perante uma tragédia económica e social da nossa terra, considera que temos de nos questionar uns aos outros ainda se existe algum caminho ou solução.

Afirma que o Executivo continua igual a si próprio, pois os problemas não parecem ter solução à vista, somente as palavras “estamos a trabalhar”.

Não culpa diretamente o Sr. Presidente pelo fecho da fábrica, no entanto questiona sim a dinâmica política abordada pelo executivo.

Afirma nesta questão existem duas partes, a defesa dos trabalhadores e a conduta nas

negociações, considera que numa fábrica em dificuldades, não é com greves à hora da produção que a fábrica vai recuperar. Dá ainda um exemplo de uma fábrica japonesa em que as greves são feitas à hora do almoço, facto que permite que os trabalhadores mostrem a sua posição e que a fábrica continue a produzir.

Na sua opinião as medidas foram todas tomadas tarde de mais. Afirma que os deputados do PS foram notificados deste evento e que 5 dias depois estavam em Alpiarça para reunir, tanto com o Município como com o delegado do conselho de administração da empresa, tendo no entanto sido impedidos de entrar na unidade fabril.

Considera que todas as reuniões não terão sido mais que por água oxigenada numa ferida.

Informa que esta problemática já se tinha colocado em 2009, no tempo da gestão do PS, tendo sido o problema resolvido, e evitado o encerramento da fábrica, pela Sra Presidente da altura, a Dr.ª Vanda Nunes.

Apela que o Sr. Presidente saia do seu registo político e que informe se existem soluções e quais as medidas concretas tomadas e a tomar.

Sr. Presidente respondendo às questões colocadas, reafirma que não é uma pessoa mentirosa e que reuniu duas vezes com o Senhor Administrador da Renoldy Adelino Amado em 2009 e 2012, acompanhado pelos senhores vereadores Carlos Pereira e Mário Peixinho, reunindo noutras ocasiões com representantes da administração.

Considera que a intervenção do Vereador Francisco Cunha se encontra no registo da paródia e como tal não vai entrar por esse caminho, afirma que o PCP é o partido que mais apoia os trabalhadores assim como acredita que esse é o papel dos sindicatos.

Afirma ainda que nunca foi declarado Layoff nesta empresa, pois o Layoff obedece a certas regras e esses procedimentos nunca foram tidos. Houve uma manifestação à Câmara de que havia essa intenção, mas nunca houve nenhuma medida formal e como tal os trabalhadores não podem ter recusado essa medida uma vez que a mesma nunca foi real.

Afirma também que o Sr. Deputado António Filipe colocou o problema em plenário na Assembleia da República e colocou agora uma quantidade de questões aos governo, uma vez que é essa a sua função.

Questiona o que fizeram os outros deputados das outras força políticas nesta matéria, até porque o PS interveio a 13 de abril só quando os trabalhadores receberam a notícia do encerramento.

Relativamente a perseguições, afirma que existem realmente situações complexas que têm que ser resolvidas, no entanto esclarece que não existem nem existiram perseguições aos trabalhadores,

ao contrário de outros tempos.

Relativamente às considerações feitas sobre a greve, considera que estamos perante uma argumentação do tempo do fascismo. Considera que a greve é um direito dos trabalhadores na luta pelos seus direitos.

Reafirma que está de consciência tranquila com a sua atuação, assim como fez a anterior Presidente de Câmara quando esta situação se colocou, como outros autarcas em apanhados em situações semelhantes e como fariam os candidatos à Câmara de Alpiarça se tivessem ganho as eleições.

Vereador Francisco Cunha reafirma que não chamou mentiroso ao Sr. Presidente, e afirma que é anti social fascista e não anti comunista e que tem muito respeito por todos os comunistas que lutaram pelo 25 de abril.

Sabe que não existiu Layoff na Renoldy mas que o mesmo foi proposto pela fábrica e os sindicatos e o Sr. Presidente insurgiram-se contra essa medida e por isso é que não aconteceu.

Informa também que existem algumas entidades interessadas em comprar a fábrica segundo informações que lhe foram dadas pelo senhor Adelino Amado. Afirma que se não fosse o PS e o Dr. Rosa do Céu não existiriam estas empresas em Alpiarça. Considera que todos os dias fecham empresas em concelhos do PS, PSD e PCP, no entanto também todos os dias abrem empresas, só não abrem em Alpiarça.

Sr. Vereador Pedro Gaspar afirma que abraça a herança da Social Democracia, que é diferente do socialismo autista do PCP. Considera que o Mundo evoluir e os Partidos devem evoluir com ele.

Considera que ainda não lhe foi apresentado nenhum dado em concreto. Não tem também soluções milagrosas, mas se estivesse no lugar do Sr. Presidente teria com certeza algumas soluções que partilharia para com todos na procura da melhor resolução para o problema.

Fechando o período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente informa que terá de se ausentar, ficando o Sr. Vereador Carlos Pereira a presidir a reunião.

Após o intervalo são retomados os trabalhos,

ORDEM DO DIA:

1. DEPUTADO ANTÓNIO FILIPE (Grupo Parlamentar/PCP) - PERGUNTA SOBRE A SITUAÇÃO DA RENOLDY – tomado conhecimento

2. CÂMARA MUNICIPAL DO SARDOAL - AGRADECIMENTO “PROJECTO – MEDIAÇÃO DE LEITURA ATRAVÉS DE REALIDADE AUMENTADA”, tomado conhecimento

3. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014,

Sr. Vereador João Arraiolos faz o enquadramento deste ponto.

Sr. Vereador Pedro Gaspar começa a sua intervenção por dizer que a legislação está mal feita o que faz com que tenha de analisar em dois dias um documento que contém entre 300 a 500 páginas. Não podendo mudar a legislação, propõe que se faça um requerimento à Assembleia da República para que os vereadores da oposição possam ter um prazo mais alargado para a análise deste tipo de documentos.

Da breve análise dos documentos, questiona como é feita a redução da dívida quando existe uma redução da receita. Considera que tendo uma receita mais baixa do que a despesa, este facto cria um défice e não o pagamento da dívida.

Considera o documento um copy paste do documento do ano anterior, e que a nível político e de atividades de gestão é um documento muito pobre, pois toda a gestão é feita à volta do serviço da dívida parecendo que o executivo trabalha em auto gestão.

Critica o executivo por falta de capacidade e de iniciativa para desenvolver a terra.

Questiona quanto tempo demora a fazer este relatório e quantas pessoas estão envolvidas e como é possível na opinião pessoal do Sr. Vereador João Arraiolos que os vereadores da oposição possam analisar este documento em 48 horas.

Vereador Francisco Cunha afirma que não vai votar o ponto pois a lei diz que os documentos devem ser entregues com 48 horas de antecedência, e que recebeu com menos de 24 horas o relatório do ROC e o relatório da Agro Alpiarça.

Sr. Vereador João Arraiolos respondendo ao Sr. Vereador Pedro Gaspar, afirma que é evidente que a atividade do Município é condicionada pelo valor da dívida, que custa mais de um milhão e duzentos mil euros por ano, sendo por isso prioritário o cumprimento dos compromissos, e fazer os possíveis pela autonomia e credibilidade do Município.

Quanto ao número de pessoas envolvidas, esclarece que são cerca de 3 ou 4 pessoas. Informa ainda que o serviço da dívida é paga pelos valores da receita e tem sido acompanhada também por uma diminuição da despesa.

Quanto aos documentos esclarece que os documentos entregues depois do prazo são anexos ao relatório que não necessitam de ser votados. E que o relatório da Agro Alpiarça foi entregue tardiamente uma vez que a Assembleia para a sua aprovação só se realizou ontem ao final do dia.

Vereador Francisco Cunha intervém ainda para dar nota que da análise que faz dos documentos entregues, a Agro Alpiarça é uma empresa tecnicamente falida.

Posto à votação o ponto foi aprovado por maioria com dois votos a favor e a abstenção do

Vereador Pedro Gaspar., remeter à Assembleia Municipal. O Vereador Francisco Cunha não votou.

4. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS DA LT-SRU NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZIRIA DO TEJO (CIMLT), aprovado por maioria com a abstenção do Vereador Francisco Cunha, remeter à Assembleia Municipal

5. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - INFORMAÇÃO INTERNA N.º 20/2015, Serviço Técnico de Obras, pedido de Informação prévia, **Requerente: INTERALPIARÇA – SUPERMERCADOS, LDA**

O Eng. Portugal faz o enquadramento do ponto.

Sr. Vereador Pedro Gaspar afirma que será caricata a existência de dois postos de combustível colados um ao outro. Numa análise puramente política não lhe cabe grande alternativa senão viabilizar a pretensão de um agente económico e que se verifica como legalmente possível, gostaria no entanto de ter alguns dados sobre a opinião dos outros agentes existentes na vila que com certeza não serão a favor.

Como agente público e não havendo mecanismos legais para não viabilizar esta pretensão, questiona qual é a posição do executivo.

Sr. Vereador Carlos Pereira esclarece que a proposta vai ter um parecer positivo por parte do executivo.

O Ponto é aprovado por maioria com a abstenção do Vereador Pedro Gaspar e Vereador Francisco Cunha.

Vereador Francisco Cunha faz declaração de voto:

Uma vez que uma empresa detida pela sua família é fornecedor do proponente, pelo que não pode votar esta proposta.

Sr. Vereador Carlos Pereira informa que o Vereador Francisco Cunha não deveria ter permanecido na sala durante a votação.

6. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - INFORMAÇÃO INTERNA N.º 87/2015, Serviço Técnico de Obras, pedido de Certidão de Constituição de Compropriedade, **Requerente: DANIEL FILIPE MARTINS COELHO**

O Eng. Portugal faz o enquadramento do ponto e do seguinte uma vez que são similares.

O Ponto é aprovado por Unanimidade

7. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - INFORMAÇÃO INTERNA N.º 71/2015, Serviço Técnico de Obras, pedido de Certidão de Constituição de Compropriedade, **Requerente: MIGUEL DA CONCEIÇÃO JOÃO**

O Ponto é aprovado por Unanimidade

8. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - INFORMAÇÃO INTERNA N.º 89/2015, Serviço Técnico de Obras, pedido de Certidão de não exercício de direito de preferência, Requerente: ALBERTO JACINTO BRÁS GASPAR

Sr. Vereador Pedro Gaspar ausenta-se da sala uma que vez não pode participar da votação, pelas 17h42.

O Eng. Portugal faz o enquadramento do ponto.

O Ponto é aprovado por Unanimidade

Sr. Vereador Pedro Gaspar volta a entrar na sala pelas 17h44.

9. MUNICÍPIO DE ALPIARÇA - PROPOSTA N.º 15/JA/2015, Apoio à participação de ginastas do Clube Desportivo “Os Águias” no “International Open Cup 2015 Galicia de Trampolin”

Sr. Vereador João Arraiolos faz o enquadramento da proposta.

Posto à votação o ponto é aprovado por unanimidade.

Vereador Francisco Cunha solicita o favor de dar entrada às propostas que traz para serem discutidas.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não havendo intervenções e nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Vereador Carlos Pereira, eram dezoito horas e um minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

E eu, Dora João Duarte Cardoso Batista, a exercer funções de Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, servindo de Secretária, a redigi e assino.